

IMPACTOS DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: PERSPECTIVAS DOCENTES

Jéssica Girlaine Guimarães Leal ¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar relato de experiência docente sobre impacto do Programa de Residência Pedagógica (PRP) na Universidade Federal Rural do Semi-Árido no Campus Caraúbas na formação docente dos graduandos dos cursos de Letras Libras e Língua Portuguesa. Este subprojeto insere-se como uma das vertentes de atuação do projeto institucional intitulado: “Formação Docente no Contexto do Semiárido: Tecnologias Educacionais Aplicadas ao Ensino”. O projeto teve como objetivo proporcionar ao aluno residente a experiência de vivenciar uma prática docente diante das diversas teorias que comportam a formação acadêmica do curso de Letras-LIBRAS na disciplina de Língua Portuguesa no ensino básico. A Residência Pedagógica serviu como instrumentalização de atividades docentes no ambiente escolar através do uso de tecnologias educacionais tais como: utilização de hardwares, interações em ambiente virtuais, textos em formato digital, métodos colaborativos de produção de conteúdos, apresentações em formatos multimídia para compor planejamentos de aulas, de seleções teóricas na área de língua portuguesa e libras e de metodologias ativas que sejam mais significativas para aliar a teoria acadêmica à prática de ensino no âmbito escolar, visando a formação voltada para o exercício da profissão e para a construção da identidade docente. Para isso, realizamos uma abordagem de cunho qualitativa, exploratória e pesquisa participante (Gil, 1991) onde utilizamos teóricos como Brasil (2009, 2015, 2017, 2018,), Leal (2018) e Tardif (2002). O PRP evidenciou sua relevância no enfrentamento da evasão de graduandos, promovendo a permanência, participação e engajamento discente entre surdos e ouvintes, bem como estreitamento dos laços de parceria da universidade com as escolas de educação básica.

Palavras-chave: Educação, Programa Residência Pedagógica, Formação Docente, Libras, Inclusão

INTRODUÇÃO

A formação inicial de professores requer conforme artigo 13 da Resolução nº 02/2015, a oferta mínima ao licenciado de:

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição; (BRASIL, 2015)

¹ Doutoranda no Curso de Ciências da Linguagem do Programa de Pós Graduação da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES. Professora na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA - jessica.leal@ufersa.edu.br

Compreende-se que a docência requer conhecimentos práticos e que o curso de formação inicial de professores deve oportunizar momentos onde essas vivências sejam experienciadas. Pautado na observância das exigências postas pelos dispositivos legais, verificamos o cumprimento por meio de oferta de componentes pedagógicos e os estágios supervisionados. Sendo este último, considerado basilar para que se possa conhecer as nuances envolvidas na prática laborativa docente. Além disso, é possível que o docente em formação vislumbre o futuro ambiente ao qual desenvolverá suas atividades permitindo estabelecer intersecção entre teoria e prática. Pimenta e Lima (2008. p.7 *apud* Leal 2018, p.2) afirma:

A profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, da re-elaboração dos modelos existentes na prática, consagrados como bons. Muitas vezes nossos alunos aprendem conosco, observando-nos, imitando, mas também elaborando seu próprio modo de ser a partir da análise crítica do nosso modo de ser. Nesse processo escolhem, separam aquilo que consideram adequado, acrescentam novos modos, adaptando-se aos contextos nos quais se encontram

Na intenção de assegurar práticas docentes que corroborem na constituição docente o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) da licenciatura de Licenciatura em Letras Libras da Universidade Federal Rural do Semi Árido - Campus Caraúbas, o Estágio Curricular Supervisionado acontece basicamente em duas etapas: observação e regência na Educação Básica, sendo divididas em 4 (quatro) semestres, iniciado à partir da metade do curso, nas disciplinas de Estágio Supervisionado em Libras como L1, L1 II, L2 I e L2 II, sendo a L1 I e L2 I, uma voltada para observação de ensino de Libras para surdos e outro para ouvinte, L1 II e L2 II para regências de Libras para surdos e ouvintes.

Na direção de fortalecer as licenciaturas e compreendo a complexidade envolvidas no fazer docente o Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC) e com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), lança o Programa Residência Pedagógica (PRP) o qual foi apresentado no Edital público nacional CAPES nº 24/2022 (BRASIL, 2022).

O Programa de Residência Pedagógica (PRP) é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão de licenciandos/as na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.

Nesse contexto, surge a necessidade de reflexões sobre a formação inicial docente desenvolvida enquanto professora orientadora do Programa de Residência Pedagógica (PRP)

da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA- Campus Caraúbas) na formação docente dos graduandos dos cursos de Letras Libras e Língua Portuguesa. Sendo assim, direcionando o problema de pesquisa, a saber, qual o impacto do Programa Residência Pedagógica na formação dos licenciandos em Letras Libras e Língua Portuguesa, a partir da voz do docente orientador?

METODOLOGIA

O objetivo central deste trabalho é apresentar relato de experiência docente sobre impacto do Programa de Residência Pedagógica (PRP) na Universidade Federal Rural do Semi-Árido no Campus Caraúbas na formação docente dos graduandos dos cursos de Letras Libras e Língua Portuguesa. Para isso, realizamos uma pesquisa-ação de cunho qualitativo. A pesquisa ação Thiollent (1985, p.14 *apud* Gil,1991, p.55) define como um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A pesquisa qualitativa nas palavras de Brandão (2001):

(...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (BRANDÃO, 2001, p.13)

Tomamos como referência também Gil (1999) ao afirmar que a pesquisa qualitativa é subjetiva ao objeto de estudo, ergue-se sobre a dinâmica e abordagem do problema pesquisado e visa descrever e decodificar de forma interpretativa os componentes de um sistema complexo de significados, sem se preocupar com a mensuração dos fenômenos, pois permeia a compreensão do contexto no qual ocorre o fenômeno. Nesse sentido, lançaremos o olhar da docente participante envolvida no subprojeto e suas respectivas percepções.

O este subprojeto tem como proposta para o EDITAL No 24/2022 do Programa de Residência Pedagógica (PRP) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido no Campus Caraúbas inserir-se como uma das vertentes de atuação do projeto institucional intitulado: “Formação Docente no Contexto do Semiárido: Tecnologias Educacionais Aplicadas ao Ensino”.

O respectivo projeto foi desenvolvido de novembro de 2022 a maio de 2024 contando com professora orientadora, 15 bolsistas, 3 preceptores e 2 escolas parceiras, são elas: PROF JOAQUIM LEAL PIMENTA - Campo Grande (RN) e o Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento Ao Surdo (Cas Mossoró).

Os registros fotográficos foram obtidos durante o desenvolvimento do projeto pela autora proponente deste trabalho.

O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA (PRP)

Para compor a política nacional de formação de professores e na busca pelo fortalecimento da formação de professores, o governo criou o programa de iniciação à docência. Em 2009, por meio do Edital nº 02/2009, temos o lançamento do primeiro Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), inicialmente apresentava-se como uma opção de vivência da prática pedagógica para os que faziam parte do curso de licenciatura (CAPES, 2009). No entanto, na segunda metade de 2018, o PIBID passa por uma reformulação e fica restrito a estudantes que dois primeiros anos do curso de licenciatura, pois foi criado o Programa Residência Pedagógica (PRP) este tendo como público discentes que estejam cursando a fase final da licenciatura.

Segundo Mendonça Filho (2017), Ministro da educação no período, o Residência Pedagógica faz parte da modernização do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e traz novidades, como a formação do estudante do curso de graduação, que terá estágio supervisionado, com ingresso a partir do terceiro ano da licenciatura, ao longo do curso, na escola de educação básica. O objetivo principal é a melhoria da qualidade da formação inicial e uma melhor avaliação dos futuros professores, que contarão com acompanhamento periódico. O programa tem como requisito a parceria com instituições formadoras e convênios com redes públicas de ensino.

Para que o Programa assumisse a projecção que dispõe, foram necessários vários projetos amplamente debatidos até alcançar o texto que vigora atualmente. Conforme discorre Faria e Diniz -Pereira (2019) essas adaptações iniciaram pelas nomenclaturas, o termo "Residência" tendo como inspiração as atividades de residência médicas de acordo com o Projeto do Senado (227/2007), o Senador Marco Maciel criou o primeiro projeto de lei denominado "Residência Educacional". Análogo as atividades que são desenvolvidas no residência médicas o projeto visava colocar o acadêmico recém formado em uma intensa prática no seu ambiente de trabalho inserido junto com profissionais experientes. Mais

adiante, temos uma nova proposta reformulada pelo Senador Blairo Maggi de nº 284/2012, o termo passa a ser tratado como "Residência Pedagógica" e por final, com a segunda adaptação, feita agora pelo Senador Ricardo Ferraço, o termo passou a ser "Residência Docente".

Na PLS (227/2007), a proposta apresentada pelo Senador Marco Maciel, visava instituir a "Residência Educacional" a professores da educação básica sendo ela, uma espécie de formação continuada obrigatória (especialização), pois ocorria após a licenciatura.

Nessa proposta em seu art. 65, estabelecia duração mínima de 800 horas em que 300 delas seriam de prática de ensino, sendo uma etapa posterior de formação e após dois anos da vigência da proposta. Ainda de acordo com o respectivo documento, esta etapa seria obrigatória e pré-requisito para a certificação de aprovação para atuação do professor nos dois anos iniciais do ensino fundamental e também nos concursos públicos, porém esse projeto acabou sendo arquivado.

Por causa do agravamento percebido na formação de professores, a proposta do Senador Marco Maciel nº 227/2007 é retomada e alterado pelo Senador Blairo Maggi fazendo duas adaptações: o projeto passa a ser "Residência Pedagógica" e exclui o pré-requisito para a atuação docente, "com vista a assegurar os direitos docentes em exercício que não tiveram acesso a essa modalidade formativa" (PLS, 284/2012), mantendo a ideia original de ter 800 horas mínimas de carga horária sendo remunerada por meio de bolsas de estudo.

Mais a frente, em 2014, o Senador Ricardo Ferraço propôs uma nova alteração no PLS 284/2012, reformulando alguns tópicos. A nova proposta do Senador sugere a adaptação do termo "residência pedagógica" para "residência docente", mantendo como sendo etapa posterior à formação inicial, mas, modificando para 1.600 horas, sendo elas divididas igualmente em dois períodos, isto é, com duração mínima de 800 horas de residência docente. Nesta proposta a residência docente abarca todas as etapas e modalidades da educação básica trabalhadas em conjunto entre sistemas de ensino e licenciaturas, em que os sistemas de ensino ofertariam até 2024, 4% do seu quadro docente em exercício para um número igual ou superior de licenciandos, devendo garantir até 2017 vagas em número correspondente ao mínimo de 0,5%.

Conforme o PLS (6/2014) "a Residência Docente será ofertada a licenciandos que tenham concluído curso de licenciatura há no máximo 3 (três) anos" e o programa contará com a supervisão dos docentes da escola de educação básica, bem como coordenada por docentes da graduação ao qual os participantes receberão bolsas por meio da CAPES. De acordo com o Diário do Senado Federal (2014), a Comissão de Educação, Cultura e Esporte

aprovou o projeto em decisão terminativa com as alterações apresentadas pelo Senador Ricardo Ferraço.

Faria e Diniz-Pereira (2019) declarou que a primeira experiência de residência na formação de professores encontrada foi o Programa de Residência Pedagógica (PRP) implementada desde 2009, no curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Em conformidade com o MEC (2018), o Programa de Residência Pedagógica iniciado em 2018 e lançado pela portaria 38/2018:

induz o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado por meio da imersão do licenciando – que já esteja na segunda metade do curso – em uma escola de educação básica. A imersão deve contemplar, entre outras ações, regência de sala de aula e intervenção pedagógica (BRASIL, 2018).

Podemos inferir, que o PRP surge numa perspectiva de estreitar os laços entre a união, os sistemas de ensino e instituições formadoras, no intuito de proporcionar aos discentes experiências dentro da sala de aula, aperfeiçoando seus conhecimentos, metodologias, práticas pedagógicas, conceitos e teorias.

O PRP é constituído por um coordenador Institucional, um docente orientador (professor do Ensino Superior), um docente/preceptor da escola campo e os acadêmicos, denominados Residentes.

São objetivos do Programa de Residência Pedagógica:

- I - fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura;
- II - contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos;
- III - estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores;
- IV - valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional; e
- V - induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula. (BRASIL, 2022)

Para ingressar no programa os estudantes devem estar regularmente matriculados em curso de licenciatura da IES em área que compõe o subprojeto, e estarem na segunda metade do curso (ou seja, a partir do 5º Período). Além disso, precisam ter sido aprovados em processo seletivo realizado pela IES, e possuírem bom desempenho acadêmico, evidenciado pelo histórico escolar, consoante as normas da IES, bem como disponibilidade de tempo para se dedicar às atividades do PRP, conforme carga horária mensal estabelecida em edital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto teve início em novembro de 2022, tendo como de atuação as escolas Prof Joaquim Leal Pimenta, situado no município de Campo Grande (RN) e o Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo (Cas Mossoró), situado em Mossoró. Contamos com 15 discentes bolsistas e 3 voluntários. Estes alunos pertencem ao curso de Letras Libras e Letras Língua portuguesa. Grande parte dos alunos selecionados são alunos em situações de vulnerabilidade em que a bolsa representa uma oportunidade de permanência no curso e aperfeiçoamento de suas habilidades docentes.

O Projeto iniciou com ciclo formativo com vista a apresentação do programa no cenário nacional e local para o alunado bem como a exposição do planejamento e alinhamentos das atividades. Devido a grande distância geográfica, falta de transportes e intempéries ocorridas, optamos por conduzir o ciclo formativo via meet. Os ciclos formativos foram divididos em leituras, fichamentos de textos e apresentação de seminários semanais sobre texto indicados.

Registro de ciclo formativo

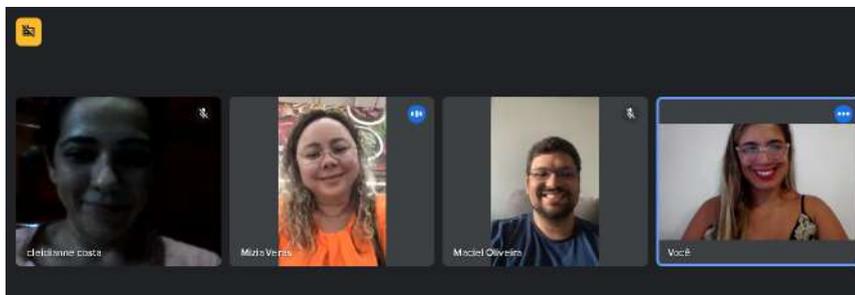


Dados da autora (2024)

Ainda durante, os seminários os alunos aproveitavam para socializar suas dificuldades, e de maneira dialógica e coletiva pensar alternativas para os entraves. Contamos com uma equipe de preceptores muito comprometida e absolutamente alinhada, o que facilitou o desenvolvimento do projeto de forma muito eficiente. Semanalmente, estávamos nos falando e que possibilitou acompanhar a regência de forma pormenorizada por todos os discentes supervisionados. Para Leal (2018, p.2) a regência é a etapa que o discente se dispõe a colocar em prática os conhecimentos adquiridos da teoria e observação realizados anteriormente,

sendo pois o momento dos primeiros ensaios com vista à construção e consolidação do eu docente.

Registro de encontro semanal com os preceptores do PRP



Dados da autora (2024)

Registro de visita aos bolsistas no Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo (Cas Mossoró)



Dados da autora (2024)

Registro de visita aos bolsista na Escola Prof Joaquim Leal Pimenta - Campo Grande (RN)



Dados da autora (2024)

Ao final do projeto foi realizado o seminário de socialização da experiências, e quando questionamos sobre o impacto do PRP duas bolsistas expõe:

Bolsista 1: “O programa me proporcionou ter uma experiência docente que vai agregar na minha profissão”.

Bolsista 2: “Foi o diferencial na minha formação, já tinha feito alguns estágios mas não se compara a essa experiência de estar realmente em contato direto com os alunos surdos, poder planejar e ministrar as aulas todas com foco realmente no ensino de Libras. Foi uma experiência totalmente diferente do que pensávamos e planejávamos na sala de aula da universidade. Tudo isso foi uma experiência muito significativa pra mim, e reafirmou quais caminhos quero seguir na minha carreira”.

Sobre o impacto que o PRP causou na vida dos discentes, um dos preceptores, declarou:

Foi um grande impacto. O meu grupo conseguiu várias aprendizagens, o primeiro dele foi a prática da língua (Libras), pois como tínhamos um residente surdo nossas reuniões eram em Libras, então eles vivenciaram a vivacidade da língua para além da sala de aula, a segunda aprendizagem foi o ensino bilíngue para surdos, pois todas as aulas eram pensadas nessa perspectiva, aprenderam que embora o estudante esteja no ensino médio ele pode não ter a fluência da língua e que o professor é responsável por ensiná-lo e que precisa fazer isso. A maior aprendizagem deles foi que nenhum aluno fica para atrás, não importa o que o laudo diz, o olhar deve ser para o sujeito e não para o documento. Consegui vê na prática o impacto, todos os residentes haviam sido estagiários de turmas minhas. então consegui perceber o amadurecimento deles, Ludmila após formada está dando aula numa faculdade do Maranhão, Aurenice e Julia passaram na primeira etapa do concurso da UERN, Marina está dando aula numa escola em Apodi e Nelson conseguiu maior autonomia. Eles aprenderam inclusive a importância da publicação científica, nos 2 anos foram apresentados e publicados 5 trabalhos.

A fala dos bolsistas e do preceptor evidencia o quanto o programa constitui-se um divisor de água para os bolsistas de modo a se perceberem como docente genuinamente, além disso fica nítido o quanto foi possível vivenciar práticas que oportuniza o vislumbrar docente. Neste sentido, Tardif, 2002, p.107 exprime que “[...] a experiência da prática da profissão numa carreira, é crucial na aquisição do sentimento de competência [...]” Quando questionados sobre de que maneira a bolsa colaborou tanto o preceptor como uma bolsista foram contundentes:

Preceptor: A bolsa ajudou os estudantes a **pagarem o transporte da sua cidade para a faculdade**, além de adquirir materiais para sua qualificação, então com o

incentivo a qualificação e a garantia do transporte eles puderem não só passar a frequentar todos os dias as aulas, como irem realizar os estágios curriculares.

Bolsista: Tendo em vista que o projeto agrega muito conhecimento e a **bolsa ajudou bastante nas despesas com transporte para ir a Universidade.**

Esses relatos nos levam a verificar o PRP corrobora para a democratização do acesso ao ensino superior, bem como colaborou para minimizar as desigualdades sociais servindo de suporte para permanência dos estudantes na graduação. Nesse sentido, enquanto docente orientadora pude compreender como o Programa Residência Pedagógica é salutar para a qualidades das licenciaturas e melhora no desempenho dos discentes, principalmente no cenários de vivências entre indivíduos e línguas distintas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou apresentar relato de experiência enquanto docente sobre impacto do Programa de Residência Pedagógica (PRP) na Universidade Federal Rural do Semi-Árido no Campus Caraúbas na formação docente dos graduandos dos cursos de Letras Libras e Língua Portuguesa buscando compreender os impactos dos programas de iniciação à docência na graduação.

Nesse sentido, por meio desse estudo, o PRP evidenciou-se como fator potencial para formação dos discentes, permitindo uma imersão do licenciando com a práxis docente e toda a complexidade nela envolvida permitindo o fortalecimento e a identificação com a licenciatura, de modo a desenvolver competências essenciais para a docência, como cita Pimenta (2012).

Por fim, concluímos que a maior parte dos residentes perceberam mudança significativa no seu desempenho após o programa, bem como direcionaram a relevância do PRP na sua permanência na graduação, atribuindo isso ao fato de recepção de bolsa e participação no programa corroborando para mitigar os desafios e as limitações existente. Em consequência disso, sinalizamos que o programa oferece um caminho mais sólido e motivado, aprimorando o conhecimento dos graduando causando impactos diretos na qualidade da Educação Básica e do Ensino Superior, mas acima de tudo permitiu uma introspecção do eu docente.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Z. **A dialética macro/micro na sociologia da educação**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.

BRASIL. UFERSA/Caraúbas: **Projeto Político Pedagógico do curso de licenciatura em Letras Libras**, 2018. Disponível em:

<https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2018/08/PPC-Letras-Libras-2018_Aprovado_consepe_ATUALIZADO.pdf>. Acesso em: 04 Jun. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior nos cursos de licenciatura. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 2, p. 11, 2 jul. 2015. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>

Acesso em: 04 jun. 2024.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei Nº 227, de 2007 para instituir a residência educacional a professores da educação básica de autoria do Senador Marco Maciel. **Diário do Senado Federal**, 5 maio 2007. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/80855>. Acesso em: 04 jun de 2024.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei Nº 284, de 2012. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 de autoria do Senador Blairo Maggi. **Diário do Senado Federal**, 08 ago. 2012. Disponível em:

<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106800>>. Acesso em: 04 jun de 2024.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei Nº 6, de 2014. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 de autoria do Senador Ricardo Ferraço. **Diário do Senado Federal**, 05 fev. 2014. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115998>>. Acesso em: 04 jun de 2024.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria Gab Nº 82, de 26 de Abril de 2022**. Dispõe sobre o regulamento do Programa Residência Pedagógica - PRP.

Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-educacao-basica/28042022_Portaria_1691648_SEI_CAPES__1689649__Portaria_GAB_82.pdf>. Acesso em: 04 jun de 2024.

BRASIL. MEC lança Política Nacional de Formação de Professores com Residência Pedagógica. Brasília: 2017. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/buscageral/211-noticias/218175739/55921-mec-lanca-politica-nacional-de-formacao-de-professores-com-80-mil-vagas-para-residencia-pedagogica-em-2018>>.

Acesso em: 04 jun de 2024.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Editais e Seleções: EDITAL CAPES/DEB N° 02/2009 – PIBID. Brasília, DF: 2009. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital02_PIBID2009.pdf>. Acesso em: 04 jun de 2024.

FARIA, J. B.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Residência pedagógica: afinal, o que é isso?. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v.28, n. 68, p. 333-356, maio/ago. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991.

LEAL, Jéssica Girlaine Guimarães. **Desafios na formação em letras libras: experiências na docência do estágio supervisionado em libras como l2 i**. Anais CONADIS... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/50621>>. Acesso em: 04 jun de 2024.

TARDIF, Maurice. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério**. In TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p 56.

UFERSA. Pró-Reitoria de Graduação – Prograd - Edital Prograd N° 18/2023. Processo seletivo de professores/as da UFERSA para atuar como Docente Orientador/a no Programa Residência Pedagógica (PRP/UFERSA). Disponível em: <<https://prograd.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/10/2023/06/EDITAL-DOCENTE-ORIENTADOR-PORTUGUES-E-LIBRAS.pdf>>. Acesso em: 04 de jun de 2024.